

Campo, *habitus* e capital nas Relações Internacionais: caminhos pela Sociologia de Bourdieu

João Victor Pinto Dutra
Mestrando em Relações Internacionais na PUC-Rio

Observar as condições para uma democratização do espaço global, seja pela expansão das possibilidades de ação ou pela criação de espaços diferenciados e reorganizados, é, em certa medida, uma reflexão da teoria pós-modernista nas Relações Internacionais. A lacuna está em compreender em que condições esse sistema – o “Internacional” – tal como é dado, construído e interpretado, se reproduz e é produzido, por quem e para quê. Nessa perspectiva, a sociologia política forneceria outros conceitos que poderiam completar a superação desse obstáculo que impossibilita o posicionamento dentro do campo das relações internacionais de novos (mas na verdade antigos, que sempre atuaram, produziram e reproduziram práticas sociais e que são invisibilizados ou marginalizados) agentes ou atores de modo que a distribuição de poder possa ser estruturada em diferentes modelos.

Palavras-chave: sociologia política internacional, relações internacionais, pós-modernismo.

Introdução

A busca por uma abordagem sociológica é relativamente nova nas Relações Internacionais. A princípio, faz parte de um esforço em realizar um rompimento com uma tradição realista política (em grande medida estrutural e positivista, principalmente a partir de Kenneth Waltz (2002)) além da liberal, que estabeleceu paradigmas fundados, principalmente, na divisão entre o doméstico e o internacional, entre a igualdade e a diferença, uma miríade de distinções e diferenciações que geram discriminações e construções de espaços desiguais, bem como de ausências e presenças na vida e no imaginário político moderno (Walker, 1993 e 2010). A partir dessas diferenças é que as Relações Internacionais se distanciaram e desenvolveram um arcabouço específico sobre tudo aquilo que não é relativo ao progresso, à paz, à democracia – terreno da Ciência Política-; é, efetivamente, o reino da recorrência e da repetição (Wight, 1966), levando-se em consideração a violência e a guerra. Nesse sentido, é que a corrente pós-positivista surge, durante a década de 1980, como contestadora dessas desigualdades que, em última instância também são violências simbólicas, como desenvolvido por Bourdieu (1989), e perpetuadas por um determinado cientificismo positivista, estão implicadas nas próprias ciências sociais e, como não poderia deixar de ser, nas Relações Internacionais. Neste momento parte da disciplina começa a questionar, além do que é realmente uma teoria – e para que serve -, o papel do teórico e do pensador a partir de uma perspectiva da teoria como prática diária que é

“relevant to international relations scholars because it means that first, we are all theorising (not just ‘the theorists’) and second, that the theorising that counts or that matters, in terms of affecting and/or creating international political events, is not confined either to policy makers or to academics”(Zalewsky, 1996; pg. 346)

De certa forma, este debate está um pouco “atrasado” em relação à sociologia: enquanto Giddens e Bourdieu surgem com a proposta de uma sociologia reflexiva, já na década de 1970, o debate dos limites entre os agentes e a estrutura, nas RI, somente amadureceram na década de 1990, com Alexander Wendt (1987) e a elaboração de um construtivismo positivista. A preocupação, então, é de que maneira a cultura e a identidade afetam a política internacional, agindo e constituindo os agentes – ora entendidos como os estados, como as instituições, as classes sociais – e assim, pensar numa

construção social das regras e ações pertencentes ao sistema internacional. A partir dessas considerações, deveremos passar brevemente pelo que se chama de teoria construtivista e a abordagem sociológica das relações internacionais para discutir as aplicações da sociologia política de Bourdieu no campo propriamente.

Estado da disciplina e porquê buscar a sociologia

Começaremos com a tentativa de Wendt em encontrar um “middle ground” (Adler, 1997) no debate entre a agência e a estrutura, uma posição de interlocução. Embebido na sociologia reflexivista de Giddens, Wendt passa a assumir uma posição em relação ao realismo estrutural-sistêmico, que, para Guzzini e Leander (2006), será como uma revolução conservadora: Wendt mudará a epistemologia, mas manterá a ontologia, a baseada no estadocentrismo. Para Zehfuss (2001), justamente, “a ligação perigosa” está em como a teoria social de Wendt é incapaz de lidar com as diferentes identidades e possibilidades que existem na realidade social. Além disso, a forma como abordará essa epistemologia – um sistema entrelaçado com identidades estatais numa cultura sistêmica – sustenta diferenças e hierarquias as quais em seu construtivismo são naturalizadas, criando uma contradição com o próprio propósito construtivista: conseguir observar mudanças e dinâmicas no sistema internacional, porque uma vez construído socialmente. Wendt, em *Social Theory of international Politics* (1999), acaba essencializando o Estado, na medida em que sugere uma identidade corporativa com a qual as unidades do sistema internacional se relacionam.

Assim, as fronteiras estariam no limite da soberania do estado, tal como proposto em Weber; a fronteira territorial – a que contém, para Wendt, a identidade corporativa – é onde o estado é precisamente delimitado na sua extensão territorial e onde o Estado mantém sua posse legítima do uso da força. Da mesma maneira que os estados fazem guerra, a guerra faz os estados, os estados são produtos das fronteiras, como suas causas; por isso, a interação sistêmica é importante não somente na determinação das fronteiras, mas na sustentação delas.

Ora, é na sociologia política de Max Weber, portanto, que encontramos um ponto tangente como fonte das Relações Internacionais. E deste ponto devemos discutir os dois caminhos (aparentemente) distintos que realizaram esses campos.

Nesse sentido, deveremos trabalhar com as concepções de dois campos de conhecimento que são a sociologia política e as relações internacionais, uma teoricamente e historicamente – trabalhados e operacionalizados - excludentes ou pertencentes a tradições e fenômenos distintos. A questão deve ser colocada como o problema do internacional com a sociologia política (Bigo e Walker, 2007) e deve ser questionado no sentido em que o que é o internacional. Neste movimento de aproximação não se deve somente adicionar contribuições de um campo do conhecimento para o outro, mas antes a expressão de disciplinas distintas para que se entendam as potenciais implicações desses meio-caminhos entre elas.

Neste contexto, deve-se atentar para as disposições dos campos científicos que ora trabalham com o internacional (as RI, principalmente) ora com o local (sociologia) – muitas vezes essas marginalizadas e excluídas pela teoria internacional - e que, em última instância produzem e reproduzem as condições materiais das próprias fronteiras e limites tanto das disciplinas como entre o nacional e o internacional, o global e o local (idem, p. 726). Mais profundamente, a distinção aparece, justamente, nos termos social ou político, na análise política ou sociológica, como consequência, portanto, dos caminhos pelos quais aparecem construídas as próprias disciplinas. Por isso, a dificuldade em trazer a sociologia política para o problema do internacional: para Bigo e Walker, o desejo de trazer a sociologia para o contato com o problema do internacional suscita um problema “original” sobre as exclusões mutuamente atribuídas em atividade na criação dessas duas disciplinas, porque este problema do internacional também pode ser expresso, em parte, como uma resolução da ausência da sociologia política (pg. 727).

Qualquer tentativa de produzir um meio-termo deveria considerar as influências da sociologia de Weber – e sua relação entre a violência, o território e a nação – como ponto central dos argumentos do chamado realismo político e que, de alguma forma fundadora, foi o responsável pelo desenvolvimento do internacional enquanto objeto de pesquisa. Como o realismo afirma:

“As institutionalised and historically constituted practice, the discipline encourages the assumption that the problem of the international refers to a realm of reality with clear boundaries about which the discipline can generate substantial claims to knowledge, whether scientific, realistic or even critical. That is, the disciplineworks by affirming very clear boundaries as the condition under which the problem of the international might be engaged, even though it is the very capacity to affirm very clear boundaries and the need to establish the conditions under which clear boundaries might be constructed that is quite obviously at stake in any attempt to identify what counts as a problem of the international.” (Bigo e Walker, pg. 728)

Considerando isso, por um lado, temos que a sociologia política não foi somente “nacionalizada” – no sentido de estar circunscrita no âmbito das fronteiras territoriais dos estados – como teve seu foco de atenção o conceito de poder no qual os profissionais da política – aqueles que tinham a política como vocação – os responsáveis pelo poder estatal de fato. Posto assim, a naturalidade – com ênfase a esse fator da natureza constitutiva dos estados - com que essas fronteiras e limites foram estabelecidos, a sociologia política foi justificada como pertencente ao interior dos estados “affirming claims both about monopolies over violence, that is, force and territorial order, and about the necessity of these monopolies...” (Bigo e Walker, 2007; pg. 729) e justamente como forma de legitimar este modelo e deslegitimar outros diferentes.

De alguma forma, a redução da sociologia política à relação entre os profissionais da política e seu entrelaçamento com a sociedade – e as classes e estamentos – reforçou, no lado oposto, a capacidade da disciplina das relações internacionais de construir de uma maneira específica o conhecimento sobre o estado, a nação e a sociedade; e esses conceitos vivem numa constante luta entre instituições que representam as populações e possuem o monopólio da violência diante de um território:

“it may be called anarchy, a mature anarchy, a states system, an international society, na emerging form of global governance, a universalising structure of hegemony or even empire, but we can nevertheless recognise a well-bred family of debates about the ‘nature’ of this ‘object’, or ‘beast’ as many Europeanists like to call it: debates among significantly different ‘perspectives’ that nevertheless affirm that the ‘object’, or ‘problem’, of the international exists as such.” (idem, pg. 730)

Temos assim, as Relações Internacionais que expressam um mundo dividido politicamente em fronteiras, tanto físicas como em limites de jurisdição e princípio. Por fim, há de se questionar os próprios limites da disciplina tendo em vista o seu “endurecimento” nas formas de entender as porosidades das fronteiras, dos limites entre o que é de dentro e do que é de fora, como meio de compreender o que está por trás desses movimentos, sobretudo de alteridade, de distinção que operam nas Relações Internacionais. Dessa maneira, é possível estabelecer em que sentido uma ontologia estadocêntrica deixa de lado uma série de fenômenos e acontecimentos que, em última instância, se organizam na dominação, na invisibilidade e no poder do dominante sobre o dominado.

Essas questões podem ser, finalmente, inscritas em outros sentidos, mais amplos, capazes de embarcar novas motivações e problemas sociais e políticos. Ou seja,

“this pattern is identifiable in claims about the need to bring a political sociology to bear on the problem of the international. On the one hand, it is possible to envisage a struggle to work out a more elaborate sociology of politpolitical life within states, perhaps one befitting a Weber who has not been reduced either to an existentialist tradition of political realism or to an account of the professionals of politics working in relation to a monopoly of legitimate violence within a territorial state on the other, or perhaps to both. On the other hand, it is possible to envisage a political sociology that switches immediately from one form of essentialism to another, from an essentialisation of a world divided among nation-states to an essentialisation of a world in which the international has been erased by or been subsumed within a megadiscipline, a sociology of the world that extends from global to local, as if accounts of the political and the social that have been articulated in relation to the problem of the international can be suddenly transposed to a world that has somehow managed to get rid of the problem of the international.” (Bigo e Walker, 2007; 730)

Bourdieu como sujeito da disciplina das RI

Então, as possibilidades de vincular a Sociologia com as Relações Internacionais teriam a capacidade de aprofundar o entendimento dos fenômenos sociais e políticos nos dois sentidos desse caminho: por isso mesmo, a opção pela teoria de Pierre Bourdieu vem de encontro a essa necessidade e motivação. Anna Leander (2011) afirma que em Bourdieu e sua literatura pode ser útil para uma leitura diferenciada das Relações Internacionais, e – mais um a vez – responsável por ajudar a desconstruir os grandes temas da teoria internacional “mainstream”. Assim, algumas incursões nessa direção já foram realizadas na disciplina, de modo que em alguns temas e conceitos têm uma determinada promessa para o campo, recebendo alguma crítica sobre os problemas suscitados, mas, em grande parte, permanece a possibilidade de se observar pontos em potencial. Desta maneira, Leander sugere ao menos 5 pontos relevantes em que a promessa seria válida: o campo como conceito analítico; o *habitus* dos atores; a vitalidade de objetos, imagens e tecnologias (a partir da leitura da agência material, ou seja, em que medida os objetos tem poder e, evidentemente, agência sobre os fenômenos sociais e os indivíduos); a doxa (sobretudo aquilo que o dominante estabelece como o não-discutido, como a verdade e que são os limites e possibilidades das Relações Internacionais); e, por fim, a reflexividade. Dentre estes, o que nos parece mais influente e significativo, é o conceito de campo e suas reflexões sobre a análise do espaço social, deste modo, deixaremos para o final.

Em relação ao *habitus*, essa abordagem consegue desafiar a forma corporativa e antropomórfica a que o realismo e o construtivismo positivista muitas vezes estabelece como paradigma. Por isso, pode-se estender as ações às posições tomadas e como esses atores se envolvem nas Relações Internacionais: “being the minister of defense or a general gives radically diverging points of departure (position) and dispositions to act (*habitus*) than does being the executive of Control Risks or a G4S security guard.” (Leander, 2011; pg. 299) O problema surge, justamente, com as críticas a Bourdieu: o *habitus* seria uma forma de reduzir a ação social do indivíduo, encarando-o como uma disposição que faz com que ele leia e interprete o mundo de modo específico. Em sua defesa, a autora relembra que a individualidade está presente nas obras de Bourdieu em consideração à etnografia e a busca das ciências sociais como “esporte de combate”, como uma maneira de apresentar o escondido, o invisibilizado, justamente, pelas condições do *habitus*.

Chegamos, então, ao conceito de campo. Leander (2011) lembra o conceito de campo pode lançar luz sobre a capacidade de analisar dicotomias como público e privado e, sobretudo, a divisão entre o dentro e o fora – e são questões extremamente problemáticas se pensamos que em grande medida, a própria separação e fronteirização da disciplina, conforme salientado acima, parte de pressupostos naturalizantes/naturalizados em que uma versão é legitimada como a verdade científica -, como um

ponto de partida constitutivo das relações de poder entre os agentes. Mais profundamente, essas percepções dão conta das lutas no campo que estariam em jogo: os pontos de partida que, ao se estabelecerem em distinções, são aqueles, através do estado, que produzem e reproduzem as formas de dominação pelo poder simbólico.

“As such, their productive role has to be placed inside the analysis rather taken as its point of departure (also Madsen in this volume). Hence, Bourdieu’s insistence that accepting the state’s own account of itself, its history, identity, its role and its boundaries can only obscure the extent to which that account is imbued with symbolic power/violence (for example, Bourdieu 1998). Instead Bourdieu urges scholars to adopt a stance of “hyperbolic doubt” toward the state (Bourdieu 1994:100). In his own work, he insisted that the ‘monopoly on symbolic power/violence’ is more important than the Weberian “monopoly on the use of force” for state formation.” (Leander, 2011; p. 296)

Basicamente, a crítica, neste ponto, é ponderada na idéia de que o conceito de campo “erects new divisions (between the field and its outside) which do more to hinder than to help the analysis of politics because the notion of field presupposes a stable notion of social space”, além disso, “pragmatists [os críticos] consider this insistence on stability a drawback: the social world is too fluid and complex to be captured as a field. This is particularly true when it comes to contemporary IR. Changes in the nature of both time and space have made society ‘liquid’, to use Bauman’s” (Leander, 2011; pg. 297). Para a crítica, então, o campo não seria capaz de traduzir o escopo, as fronteiras, interações e regras do jogo, uma vez que a realidade social teria ficado tão complexa e instável. Ao contrário, Leander relembra a natureza dinâmica dos campos: a inflexão não é, certamente, de analisar os campos de posições (sociais, políticas, etc.), mas sim, de compreender os campos de lutas.

“Shifting the staging of IR from the public interstate to the field is more akin to presenting IR as a movie from which any one field analysis is a snapshot. It has more in common with directing a camera that can zoom in and out, change directions, and make cuts that capture time, space and speed than with drawing maps. If read in this light, fields may be helpful both for thinking basic divides into the analysis and for integrating the complexity, fluidity and instability of contemporary politics.” (Leander, 2011; pg. 298)

Desta maneira, vemos como a reivindicação de Bigo e Walker vão ao encontro da sociologia de Bourdieu, ao tomar o estado não como unidade fim, mas como meio, como instrumento produtor e reproduzidor de violência simbólica, ao contrário da noção do estado como unidade do sistema internacional, onde mais pareceriam como bolas de bilhar – objetos hermeticamente fechados e orientados por interesses “naturais”: a auto-preservação e a busca de mais poder -. Esse nível de análise, antes, reforça e invisibiliza diversas formas de desigualdade, opressão e dominação, sejam elas raciais, de gênero, sociais, etc. que mobilizam e realizam, efetivamente, as relações de poder tal como elas se constroem e os agentes se posicionam nas lutas do campo.

A noção de campo, então, pode de alguma forma substituir a de sociedade, já que o campo seria um microcosmo social, relativamente autônomos, com lógicas próprias, específicas, e com interesses e disputas irredutíveis ao funcionamento de outros campos e

“Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.” (Bourdieu, 2003)

Assim, o desafio proposto (sob a teoria de Bourdieu) e que Didier Bigo buscará avançar sob o ponto de vista das Relações Internacionais é que, sob a teoria construtivista,

“This materialist approach to constructivism, which he shares with other major sociologists, sets up a central opposition between his empirical reflexive sociology of practices and the idealist social theory of norms and ideas that the discipline of international relations largely recognizes under the label of constructivism.” (Bigo, 2011:227)

Partindo das dicotomias que frequentemente aparecem normatizadas pelas Relações Internacionais, como emoção e razão, consciência e espontaneidade, dentro e fora, nacional e internacional, a noção do senso prático e da teoria dos campos desenvolveria seria superar. A ação, enquanto prática, é estabelecida relacionalmente, considerando-se a arbitrariedade do simbólico que é socialmente construída em violência através da dominação (acumulação de determinados signos, em forma de valores) dos dominantes sobre os dominados. Recordando Bachelard (1996), o pensamento científico em si se limita, ordena e constrói as possibilidades epistemológicas distribuídas na substância. O obstáculo epistemológico, que deve, portanto, ser superado e deixado de lado, possui essa característica: limita o entendimento do objeto de forma que suas possibilidades analíticas estejam de antemão dispostas no jogo. Onde se lê a ciência do poder, pode-se observar facilmente o poder da ciência. É, neste sentido, que observar as condições para uma democratização do espaço global, seja pela expansão das possibilidades de ação ou pela criação de espaços diferenciados e reorganizados, é superar as fronteirizações e limites tanto teóricos como práticos da vida cotidiana. É necessário entender os fundamentos pelos quais os espaços se produzem e se reproduzem e quais são os atores envolvidos nesse processo. A lacuna está em compreender em que condições esse sistema se reproduz e é produzido, por quem e para quê. Dessa forma, pode-se deslocar o pensamento de um meio idealista, para um meio reflexivo, que é a crítica de Didier Bigo (2011) ao construtivismo e ao pós-positivismo.

Didier Bigo e a exploração do conceito de meta-campo de poder

Didier Bigo (2011) busca apresentar de que forma a teoria sociológica de Bourdieu pode ser mediada ao uso dos saberes das RI. De partida, o autor toma a disciplina das Relações Internacionais enquanto organizada no sentido de opor uma corrente empiricista-objetivista e uma forma de construtivismo idealista que recusa os meios pelos quais a prática social é produzida e reproduzida de modo a constranger os agentes, tal como identificamos em Wendt (1999).

E para aplicar uma ontologia do Estado-nação não como uma entidade sólida e única, mas com suas diversas divisões interesses e lutas internas é que Bigo (2011) destaca algumas posições importantes de Bourdieu sobre o Estado:

“The state is central for Bourdieu’s theory as it is the only field that generates equivalence or a rate of conversion between different forms of capital by producing a specific capital organizing these equivalences. He uses the metaphor of a meta-field in order to describe the state as a locus where different elites coming from various social fields struggle to control access to the conversion rate between the different forms of capital they have accumulated. It is because this struggle around the exchange rate exists, but also creates an implicit doxa about the role of the public as “neutral,” that the state is so central as a meta-field and has a quasi-monopoly on symbolic violence.” (idem, p. 246)

O Estado seria um meta-campo de poder, um campo de poder capaz de converter e congrega os demais tipos de campos e de capitais que circulam nesses campos, e que opera com as diversas elites de

outros campos (políticos, culturais, científicos) disputando os meios de conversão desses capitais. Assim também surge uma doxa implícita que envolve o papel do público (a participação estatal) como neutra, desta maneira, “quase-monopolizando” a violência simbólica (Bigo, 2011; 246). E, como tal, pensar o Estado acarreta em tomá-lo como real, tomá-lo como categoria ontológica definindo-o aprioristicamente. Esta tomada de posição debruça-se numa questão que é a relação entre os campos de poder definidos em fronteiras nacionais e, então, enquanto campos, as trocas transnacionais de poder simbólico, fazendo com que a circulação de idéias, valores e capitais ocorra (Bourdieu e Wacquant, 2001). Como, portanto, compreender uma realidade em que campos de poder, delimitados em suas fronteiras determinadas, interagem entre si?

Chama-nos a atenção para alguns problemas da aproximação conceitual do campo ao Estado para as Relações Internacionais; tomar o Estado como meta-campo não é entendê-lo como uma instituição que é capaz de converter diversas formas de capital, bem como não é uma essência às suas ações; o campo não é uma instituição (mesmo que existam instituições dentro dele), no entanto, cria instituições; e, ao contrário ao estadocentrismo das Relações Internacionais, onde o Estado seria um ator e o Sistema Internacional o palco, o Estado não seria um ator como unitário, inflexível: ele seria, em si, um campo específico envolvendo as diversas burocracias, os políticos (chefes de Estado, legisladores, juízes...), agentes privados, movimentos sociais, que, disputando o poder, têm acesso às regras do campo e são capazes de negociar a regulação dos demais campos. Em outras palavras, o Estado não age: o que seria algo difícil de admitir para as teorias mais tradicionais de RI (Guzzini, 2006).

Considerando o exposto acima sobre a separação da sociologia política e das Relações Internacionais, a pergunta que encaminha o problema do internacional é a seguinte:

“To put it another way, as a transnational field exists only through national fields and not as an “upper level” with its own personnel and characteristics, to what extent are social fields with extended relations beyond territorial borders framed or constrained by the imposition of the state as a naturalized boundary imposing itself as a doxa for the agents?” (Bigo, 2011; p. 247)

E indaga, considerando os papéis dos próprios Estados, dos bancos, das grandes empresas, dos movimentos sociais transnacionais se essa miríade de campos de poder não se relacionariam num nível acima (“upper level” – essa imagem evidentemente causa distorções ao seu uso, uma vez que por estar acima imediatamente nos insere numa hierarquia dos acontecimentos) mas sim num nível horizontal, concomitante com as relações internas desse meta-campo de poder contido nas fronteiras nacionais, mas que também se relacionam com outros demais. Ora, um campo de poder global - ou um campo de poder transnacional para reafirmarmos a constituição relacional do conceito - pode ser pensado como uma forma de se destacar dos termos do estadocentrismo de modo que as relações impliquem a todo momento na dinâmica entre as partes envolvidas. A idéia de ter o estado atuando enquanto um meta-campo de poder

“But once the idea that the state is acting as the meta-field of power is refused, the “fix” for identifying boundaries of the field in order to select data disappears, and the transnational reappears. In his later works, Bourdieu has tried to discuss the boundaries of the meta-field of power by pluralizing the possible meta-fields in addressing the competition between spokesperson and experts of different states in order for them to impose their prevailing positions as “global” state, as an “imperial” state controlling the circulation and conversion of the different forms of capital coming from different social fields (Bourdieu and Wacquant 2005. [...]) It is this very transnational competition for “universals” which creates specific resources in terms of struggles for those who promote global and universal arguments against those who

claim to remain faithful to national sovereignty and territorial frontiers, but it obliges all the “universalizers” to enter into competition between themselves. The meta-field of power is always transcending the boundaries of state power, even the most powerful.” (Bigo, 2011; p. 248)

Desconstruir os limites do campo de poder enquanto Estados nacionais territoriais dá margem à troca de valores simbólicos transnacionalmente (Bourdieu e Wacquant, 2001), ou seja, o que ocorre por fora do panóptico estatal? De que maneira ocorre? E, de fato, as relações sociais subjacentes à formação dos espaços sociais transnacionais, que submetem epistemologicamente à dicotomia doméstico/internacional, dentro/fora, interno/externo. E, finalmente, o que ocorre lá fora que importa aqui dentro. Pensar num campo transnacional, que envolve os diversos campos nacionais, ora tidos como unidade de última instância indica que além dos aparelhos burocráticos estatais nacionais (os diplomatas, funcionários administrativos de embaixadas, formuladores de planos de defesa nacional, soldados, etc.) outras relações são possíveis e acontecem, independentemente de que forma os Estados se posicionem no Sistema Internacional.

Conclusão

O que, evidentemente, Bourdieu não conseguiu preencher dentro do modelo proposto foi exatamente o ponto central para a teoria internacional pós-positivista: superar a territorialização dos espaços sociais e políticos estabelecidos como a fronteira do pensamento internacional e o “doméstico”; as dicotomias lançadas pela metafísica neo-realista se encontraram desafiadas, e nesse sentido, o campo pode ser aplicado uma vez que o meta-campo de poder é transversal, transnacional e dado num espaço social implicado por essas relações.

“Thus, the question to address to Bourdieu is not about associating the state with the meta-field of power, but about whether he jumped too quickly to a terminology of “a global field of power” populated only by state elites without asking about the condition of the possibility of its emergence and its restriction to elites. He does not sufficiently ask the questions of the effective boundaries of this “global” field or about the processes at work in the making of this (or these) field(s). The empirical transnational chains of interdependences in that case are at risk of disappearing through the re-emergence of two “levels” of false abstraction: the domestic and the international as a coalescence of the different national fields (see below) or a step toward a borderless and global world in the making.” (Bigo, 2011; 250)

Encontrando no significado da modernidade a forma pela qual o Estado adquiriu sua soberania em relação aos outros e a si mesmo – dentre aqueles que detém ou não a legitimidade do poder, internamente – e as relações espaço-temporais estariam intimamente ligadas ao princípio da soberania do Estado, o que implicaria em uma distinção entre um espaço legítimo de política e um outro espaço próprio para a relação entre os Estados (Walker, 1993, p.20). O que ocorre dessa distinção entre espaços é, de fato, uma construção ontológica e histórica que, existindo na dominação, reproduz e produz a dicotomia do *inside/outside*.

Após considerarmos os pontos de reflexão, inibição e abstração sugeridos pela aplicação do conceito de campo para as Relações Internacionais. Isso deixa claro de que forma as estruturas estruturantes e estruturadas de poder, fundamentalmente afetadas pelo *habitus*, permanecem e decorrem numa dinâmica própria. Um campo de poder transnacional, que engloba outros microcosmos sociais e se estabelece por um espaço que concomitantemente é nacional e global, apresenta as regras do jogo e posiciona os agentes, sejam eles classes, o Estado – como visto, estabelecido por classes de interesses –

ou os próprios indivíduos numa relação entre dominantes e dominados. Ora, neste contexto, superado, ao podermos visibilizar as relações de poder que constituem, produzem e reproduzem, no campo, dadas formas sociais, objetiva e subjetivamente, conforme a constituição dos limites da política moderna.

Bibliografia

Adler, E. (1997) Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics. *European Journal of International Relations*, 3 (3), 319-363.

Bachelard, G. (1996) *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro, Brasil, Contraponto.

Bigo, D. (2011) Pierre Bourdieu and International Relations: Power of Practices, Practices of Power. *International Political Sociology*, 5, 225-258.

Bigo, D. e Walker, R.B. J. (2007) Political sociology and the problem of the international. *Millenium: Journal of International Relations*, 35 (3), 725-739.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Bourdieu, P. (1994) *Raisons pratiques*. Sur la the'orie de l'action. Paris, Seuil.

Bourdieu, P. (1998) *State Nobility: Elite Schools in the Field of Power*. Cambridge, Polity Press.

Bourdieu, P. (2003) *Questões de Sociologia*. Lisboa, Fim de século.

Bourdieu, P; Wacquant, L. (2001) Neoliberal Newspeak: Notes on the New Planetary Vulgate. *Radical Philosophy* (105): 2-5.

Bourdieu, P. e Loïc Wacquant. (2005) On the Cunning of Imperial Reason. *Pierre Bourdieu and Democratic Politics: The Mystery of Ministry*, ed. Por Loïc Wacquant. Cambridge, Polity Press.

Guzzini, S. e Leander, A. (2006) Wendt's constructivism: a relentless quest for synthesis. *Constructivism and international relations: Alexander Wendt and his critics*. S. Guzzini and A. Leander. New York, NY, Routledge, 73-92.

Guzzini, S. (2006) Applying Bourdieu's Framework of Power Analysis to IR: Opportunities and Limits. *47th Annual Convention of the International Studies Association*. Chicago, March 22-25.

Leander, A. (2011) The Promises, Problems, and Potentials of a Bourdieu-Inspired Staging of International Relations, *International Political Sociology*, 5, 294-313.

Walker, R. B. J. (1993) *Inside/outside: International Relations as Political Theory*, Cambridge, Cambridge University Press.

Walker, R. B. J. (2010) *After the Globe, Before the World*, New York, Routledge.

Waltz, K. (2002) *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa, Portugal, Gradiva.

Weber, M. (1993) *Ciência e Política: duas vocações*, São Paulo, Cultrix.

Wendt, A. (1987) The agent-structure problem in international relations theory, *International Organization*, 41 (3) .

Wendt, A. (1999) *Social Theory of International Politics*. Cambridge, Cambridge University Press.

Wight, M. (1966) Why Is There No International Theory? *Diplomatic Investigations*, H. Butterfield e M. Wight (orgs.). Londres, George Allen & Unwin, 17-34.

Zalewski, M. (1996) “All these theories and the bodies keep piling up: theories, theorists, theorizing” in K. B. M. Z. Steve Smith (eds.) *International theory: Positivism and beyond*, Cambridge, Cambridge University Press, 340-353.

Zehfuss, M. (2001) Constructivism and Identity: A Dangerous Liaison. *European Journal of International Relations*, 7(3), 315-348.